



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

TIAGO ALVES BARBOSA
SUSANA COUTO PIMENTEL

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

O presente artigo é parte de uma investigação que objetivou compreender as concepções dos professores sobre a aprendizagem de alunos com deficiência na rede regular de ensino, bem como verificar as relações estabelecidas entre tais concepções e as ações direcionadas ao aprendizado de tais estudantes. Esta pesquisa foi realizada como um estudo de caso em um colégio estadual do recôncavo da Bahia, sendo utilizada a aplicação de questionário, contendo questões abertas e de múltipla escolha, com onze professores. A análise dos dados evidenciou que os professores não reconhecem as potencialidades dos alunos com deficiência resultante de suas interações com o meio. Desta forma eles observam a deficiência sob o ponto de vista do modelo médico, atribuindo limitação e incapacidade a essas pessoas, simplesmente pela sua condição.

Palavras-Chave: Inclusão; Estudantes com Deficiência; Concepções de Professores.

ABSTRACT

This article is part of an investigation that aimed to understand teachers' conceptions of learning disabled students in the regular school system, and to verify the relations between these concepts and actions directed to the learning of those students. This research was conducted as a case study in a state school of Bahia hollow and is used to a questionnaire containing open and multiple choice questions, with eleven teachers. Data analysis showed that teachers do not recognize the potential of students with disabilities resulting from their interactions with the environment. Thus they observe disability under the medical model perspective, assigning limitation and inability to these people, simply by their condition.

Keywords: Inclusion; Students with Disabilities; Conceptions of Teachers.

A inclusão de pessoas com deficiência, nos diferentes espaços da sociedade, foi tema de inúmeras lutas e debates ao longo da história. Até a metade do século XX estas pessoas estiveram impedidas de participar de espaços comuns a todos.

Atualmente o tema da inclusão tem sido foco de inúmeras pesquisas e vem ganhando destaque principalmente quando se refere à inclusão educacional, pois a construção de sistemas educacionais inclusivos pressupõe o efetivo direito de todos à educação e requer novas formas de elaboração e organização de políticas públicas que contemplem a eliminação dos mecanismos de segregação instaurados historicamente.

Desta forma, a proposta da inclusão vem ganhando destaque, principalmente no âmbito educacional, pois a educação que antes era regida por um modelo de atendimento segregador, tem caminhado para uma “educação inclusiva”. De acordo com Mantoan (2003, p. 14),

Na perspectiva inclusiva, supprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular. As escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos

com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

É importante ressaltar que embora ambos os conceitos de integração e inclusão, envolvam o mesmo pressuposto, que é a inserção da pessoa com deficiência a espaços comuns a todos e a vida em sociedade, estes se referem a situações de inserção distintas. Deste modo, Mantoan (2003, p. 13) discorre que “nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção”.

Por outro lado, a inclusão pressupõe modificações e intervenções em ambos os lados, ou seja, tanto no processo de desenvolvimento do sujeito como em ajustes necessários no meio social, no sentido de promover as modificações necessárias para sua inserção livre de barreiras. Assim, “ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, onde todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (IDEM).

A constituição brasileira de 1988 deu início ao estabelecimento de políticas públicas para o rompimento de barreiras à inclusão das pessoas com deficiência no meio social, sejam elas barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou de mobiliários públicos, garantindo-lhes, ainda, a acessibilidade a locais públicos e privados, bem como a transportes públicos e a um sistema de comunicação geral adaptado. Segundo o Artigo 208 § III da Carta Magna, é dever de o Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 43), assegurando-lhes também o direito ao atendimento educacional especializado na rede pública regular de ensino.

De igual modo, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), que foi aceita como proposta de política educacional no Brasil, preconiza uma intensa transformação no sistema educacional que assume o compromisso de incluir a todos, acolhendo as diferenças de modo que os grupos, até então excluídos, passem a ser acolhidos no sistema educacional com qualidade e igualdade de oportunidades. Assim, essa Declaração em seu artigo 1º § IV discorre que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1990).

A Declaração de Salamanca[i] veio reforçar estas propostas e, dentre muitos outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com deficiência devem ter acesso às escolas regulares e que as escolas a elas devem se adequar...” (UNESCO, 1994). Desta forma, podemos observar que a educação para todos, inclusive para as pessoas com deficiência faz parte dos princípios dos Direitos Humanos, os quais são reafirmados por leis específicas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que em seu artigo 4º e § III afirma que é dever do Estado garantir uma educação inclusiva à pessoa com deficiência, ou seja, garantir ao aluno com deficiência o atendimento educacional em classes comuns da rede regular de ensino (LDB – Lei nº 9394/96).

Portanto, numa perspectiva inclusiva cabe aos professores repensar os conceitos e as concepções que fundamentam suas práticas pedagógicas, de modo que estas possibilitem o acesso e permanência de todos na escola através de práticas cotidianas que deem igualdade de oportunidades, favorecendo a interação entre os alunos, proporcionando o aprendizado colaborativo. Consequentemente, as diferenças não devem ser observadas como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas devem ser vistas como fatores de enriquecimento (BRASIL, 2003).

Da mesma forma que o trabalho direcionado às pessoas com deficiência foi sendo modificado ao longo da história, a concepção sobre essa condição também foi sendo modificada. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2012), esta é resultante “da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Portanto, a partir dessa concepção observamos que a deficiência não está atrelada unicamente a condição física e ou sensorial do sujeito e, deste modo, não incapacita a pessoa que a possui, desde que o ambiente onde esteja inserido lhe proporcione igualdade de oportunidades como às demais pessoas e que estas levem em consideração suas possibilidades e particularidades, assegurando o seu acesso livre de barreiras.

Tendo em vista que a visão que a sociedade tem direcionado para a deficiência foi se alternando ao longo dos séculos, e que este olhar tem determinado suas ações, estes aspectos históricos ainda são evidenciados nas concepções e práticas da sociedade as quais influenciam nos sistemas educacionais e acabam interferindo em suas práticas educativas. Deste modo, a concepção que o professor traz acerca da deficiência e de suas implicações para a vida de

quem a possui, torna-se um fator determinante, na relação de ensino e aprendizado, bem como no processo de inclusão educacional.

Portanto, é fundamental que sejam superados antigos paradigmas e estabelecidos novos conceitos que fundamentem o planejamento e as ações pedagógicas numa perspectiva inclusiva, visando uma modificação na dinâmica do processo pedagógico e nas relações estabelecidas nas instituições escolares, indo muito além de assegurar a matrícula dos estudantes com deficiência ou de realizar modificações em suas estruturas arquitetônicas. Para Sampaio (2005, p. 18).

Trata-se de uma concepção político-pedagógica que desloca a centralidade do processo para a escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos. Produz uma inversão de perspectivas no sentido de transformar a escola para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais.

No entanto, o professor como todo ser social traz consigo aspectos socioculturais que perpassam a sua forma de ensino e refletem suas concepções sobre o aprendizado do seu aluno. Desta forma,

Os professores podem limitar seu trabalho pela concepção que trazem da deficiência e de seus alunos, sem oferecer-lhes e proporcionar-se o desafio de novos conhecimentos, de novas metodologias de novas formas de trabalho, possibilitarem-se novas formas de olhar para seus alunos, como seres em desenvolvimento, capazes de surpreendê-lo. (LIMA, 2004, p. 24).

Sobre isto é importante destacar que, aquilo que o professor pensa a respeito da deficiência é fruto de suas interações socioculturais e do seu processo de formação. De acordo com Pimentel (2012, p. 139-140), “se os professores desenvolvem uma visão de que seu aluno é incapaz, eles terminam por abandoná-lo, não favorecendo situações de interação que possibilitem o avanço cognitivo e o desenvolvimento desse sujeito”.

Desta forma, pautados nos pressupostos legais acerca da inclusão educacional, e certos de que a educação constitui-se, sobretudo, como um direito humano, é que reafirmamos a importância da realização de estudos sobre a inclusão. Portanto, o presente trabalho justifica-se pela relevância na discussão desta temática tendo a escola como um ambiente de desenvolvimento para todos, pela oportunidade de conviver e interagir com a diversidade, estimulando a cidadania e a inserção social das pessoas com deficiência.

Vale ressaltar que este texto é parte de uma investigação mais ampla que objetivou, compreender as concepções dos professores que atuam com alunos com deficiência sobre a aprendizagem destes estudantes na rede regular de ensino, caracterizando suas práticas pedagógicas e verificando a existência de relações estabelecidas entre elas e as concepções apresentadas. De modo, compreende-se que problematizar a inclusão na escola regular como algo mais amplo, envolve não apenas a matrícula desses estudantes, devendo-lhes ser assegurado as condições necessárias para acessarem ao currículo comum da escola, bem como ao conhecimento disponível nesses espaços. Assim este estudo objetivou: Compreender a concepção dos professores sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Para o desenvolvimento desta investigação, foi utilizada a metodologia qualitativa do tipo exploratória, pois tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, de forma que o torne mais explícito, aprimorando ideias e confirmando intuições e ou hipóteses. Na maioria dos casos, pesquisas deste tipo podem envolver diferentes técnicas para levantamento e tratamento de dados (GIL, 2002, p. 40).

Desta forma, o método de abordagem utilizado para a realização desta pesquisa foi o “estudo de caso”, tendo em vista que a mesma é pautada em um fenômeno contemporâneo, a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, sobretudo no ensino médio, numa escola específica do município baiano de Cruz das Almas. Este método se torna mais apropriado para investigar questões ainda pouco exploradas, buscando desvelar os aspectos mais peculiares da situação em questão. Conforme afirma Yin (2001, p. 27), “o estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os acontecimentos estudados”.

Participaram deste estudo 11 professores que atuam com estudantes com deficiência em turmas do ensino regular, de uma instituição pública de ensino em Cruz das Almas –BA, o qual faz parte da rede estadual de educação.

Para o levantamento dos dados necessários para esclarecer ao problema desta pesquisa, foi utilizado como instrumento à aplicação de questionário com professores, devido a sua maior abrangência, ou seja, pode-se indagar a um número maior de participantes em um pequeno intervalo de tempo. O questionário foi formulado buscando-se abordar em suas questões assuntos específicos ao problema da pesquisa, “como as que se propõe levantar opinião, preferência ou se busca mensurar alguma coisa ou obter informações mais específicas” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2011, p.124).

Após a análise das mesmas, foram levantadas categorias, considerando-se os pontos nodais que emergiram das respostas dos participantes da pesquisa. Assim as categorias de análise levantadas a partir do estudo cuidadoso das questões foram: 1. Concepções sobre deficiência; 2. Concepções sobre inclusão educacional; 3. Concepções sobre aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Ressaltamos que para a realização da pesquisa foi solicitada a permissão dos participantes, através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado com base nos requisitos estruturantes da ética da pesquisa com seres humanos.

Concepções dos professores sobre deficiência e inclusão educacional

A forma de pensar acerca da deficiência traz como consequência as ações direcionadas as pessoas que a possuem. Desta forma, historicamente a sociedade vem modificando suas observações acerca da pessoa com deficiência tendo, essas concepções, evoluído de acordo com os valores culturais e as transformações sociais (ARANHA, 2005).

Assim como todos os espaços sociais, os sistemas de ensino acompanharam tais transformações e precisou modificar suas práticas relacionadas àqueles que por muito tempo excluiu do seu cenário, visando à inclusão destes que antes foram excluídos. Entretanto, a concepção que os professores trazem acerca da deficiência é um fator determinante para que a inclusão aconteça (LIMA, 2004), pois quando os professores observam seus alunos como incapazes, eles acabam excluindo-os de suas ações pedagógicas (PIMENTEL, 2012).

Portanto, ao questionar aos professores sobre que palavra ou expressão vem a sua mente quando estes escutam a expressão “estudante com deficiência”, verificou-se que, seis professores (54,5%) consideram a deficiência como algo que incapacita ou impossibilita a pessoa que a possui, simplesmente pela sua condição, ou seja, a partir dessa concepção não são reconhecidas as potencialidades dessas pessoas resultantes das interações com o meio. Quatro professores (36,4%) descreveram a deficiência como algo que requer uma atenção diferenciada e, apenas um professor (9%), só conseguiu descrevê-la pelas suas tipologias relacionadas a questões físicas ou sensoriais (Tabela 1).

Tabela 1. Concepções dos professores acerca da expressão estudante com deficiência.

Palavra/expressão	Frequência
Dificuldade / Limitação	6
Atenção especial/específica / Necessita de cuidados diferenciados	4
Cegueira, surdez e “mudo” (sic.)	1

Fonte: Dados da pesquisa, Cruz das Almas, 2014.

Desta forma, vemos que um total de sete professores (63,7%) considera a deficiência sob o ponto de vista do modelo médico (OMS, 2004, p. 21), isto é, relacionada à incapacidade orgânica do indivíduo, como um problema da pessoa, causado por doença, trauma ou outro problema de saúde, que requer assistência médica sob a forma de tratamento individual por profissionais.

Com base nessa concepção que considera a pessoa com deficiência como “anormal” e, portanto, dificulta a interação com as demais pessoas, as respostas desses sete professores (63,7%) revelaram receio com relação ao direito da pessoa com deficiência à educação em uma classe regular, utilizando como justificativa para seus temores a falta de formação docente. Esta afirmação pode ser comprovada tendo por base as seguintes respostas:

Uma pessoa que possui limitações físicas que o impede de desenvolver suas potencialidades como uma pessoa ‘normal’, necessitando de uma atenção específica. (Trecho da resposta do Professor A[ii] ao questionário).

Os educadores não têm conhecimento e formação para receber em sua classe alunos com necessidades educativas especiais. (Trecho da resposta do Professor C ao questionário).

Como irei lidar com esse aluno? Começa a angustia de poder fazer o meu aluno aprender. Então, começa os questionamentos, a procura por ajuda, pois eu quero vê-lo incluso em meu planejamento. (Trecho da resposta do Professor K ao questionário).

Observa-se que o professor K revela uma preocupação diferenciada dos demais, sinalizando a sua busca como docente por orientações para incluir o estudante com deficiência em sua sala de aula.

Opondo-se a ideia de deficiência como limitações do indivíduo, a Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF) declara que a incapacidade não pode ser entendida unicamente como sinônimo do termo limitação. De acordo com a CIF, em seu capítulo 5, discorre que o meio social e as condições disponibilizadas por este são os fatores responsáveis por transformar a limitação em incapacidade.

A incapacidade não é um atributo de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social. Assim, a solução do problema requer uma ação social e é da responsabilidade coletiva da sociedade fazer as modificações ambientais necessárias para a participação plena das pessoas [...] em todas as áreas da vida social. (OMS, 2004).

Assim, considerando estes pressupostos, entende-se que para que realmente ocorra à inclusão do aluno com deficiência na escola regular devem lhe ser garantidas adequações que possibilitem o desenvolvimento de suas potencialidades e a superação de limitações provenientes de sua deficiência. Nesse sentido, a inclusão requer que os professores adêquem seu planejamento e suas práticas, levando em consideração a diversidade presente em sua sala de aula.

Desta forma, a concepção dos professores sobre as vantagens e/ou desvantagens na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, verificou-se que 100% dos participantes sinalizaram tanto a existência de vantagens quanto de desvantagens. Dos 11 docentes participantes, nove (81,9%) entre outros aspectos apontaram a possibilidade do relacionamento com a diversidade humana, dando ênfase ao desenvolvimento da solidariedade como as principais vantagens da inclusão educacional. Um professor (9%) apontou a inclusão como sendo vantagem apenas para o aluno com deficiência, e um professor (9%) descreveu que a inclusão pode direcionar a prática educativa para o uso de novos recursos tecnológicos (Tabela 2).

Tabela 2. Vantagens da inclusão na concepção dos professores.

Itens descritos	Frequência
Interação com a diversidade; Aumento da autoestima; Desenvolvimento de valores: solidariedade, respeito, compreensão das diferenças	9
Favorece o uso de novas tecnologias	1
Inserção do aluno com problemas no meio acadêmico (sic)	1

Fonte: Dados da pesquisa, Cruz das Almas, 2014.

Do total dos respondentes, apenas dois professores (18,2%) apontaram dentre as vantagens que a inclusão pode proporcionar fatores relacionados diretamente ao processo de ensino e aprendizagem da turma. Os dados demonstram que o grupo de professores analisados (100%), apontou a inclusão educacional da pessoa com deficiência, não só como a simples inserção deste aluno nas escolas regulares, mas como a possibilidade de interação e socialização destes com o meio social no qual são inseridos. Tem-se esse reconhecimento dos docentes como um fato importante, pois a partir dele entende-se que são criadas condições para o estabelecimento dessa interação entre os estudantes com deficiência e os demais alunos.

Porém, vale ressaltar que em nenhuma resposta essa interação está relacionada à possibilidade de uma aprendizagem colaborativa, onde um estudante coopera com o outro possibilitando a internalização do conhecimento. A despeito disto autores (MARTINS, 1997; NEVES & DAMIANI, 2006; IVIC & COELHO, 2010) pautados na perspectiva sócio-histórica de Vygotsky descrevem tais interações como um mecanismo que constantemente proporcionam aos pares à construção e internalização de novos conhecimentos e a transformação de conhecimentos já internalizados.

Diante dessas repostas, uma diferiu significativamente, ficando evidente a concepção equivocada, discriminatória acerca da deficiência, por parte de um dos professores ao assinalar que a vantagem na inclusão educacional, seria a:

Inserção do aluno com problemas no meio acadêmico. (Trecho da resposta do Professor E ao questionário).

Com base nesta afirmativa, observamos que para este professor a deficiência é um sinônimo de problema, de dificuldade, ou seja, são atribuídos problemas ao aluno com deficiência simplesmente pela sua condição. Desta forma, este professor pautado numa concepção fundamentada no modelo médico acerca da deficiência, que a compreende como um problema do indivíduo que a possui, desconsidera as interações deste com o meio, suas peculiaridades e potencialidades. Assim, acaba, mesmo que de forma não declarada, negando o direito deste aluno à inclusão.

Como já descrito acima, todos os professores também atribuíram desvantagens na inclusão dos alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular. Deste modo, observamos que dentre os principais motivos que foram apontados como tais desvantagens seis professores (54,5%) destacam as suas dificuldades para incluir tais alunos nas atividades pedagógicas, falta de recursos didáticos e falta de formação. Dois professores (18,2%) apontaram que a desvantagem está no ritmo do aprendizado e dificuldades dos alunos acompanharem as atividades, dentre os três demais professores (27,3%) cada um apontou para um fator de forma isolada como desvantagem, sendo estes a necessidade de maior dedicação aos alunos com deficiência, dependência destes alunos para se locomover e participar da aula e por fim o desrespeito dos demais alunos (Tabela 3).

Tabela 3. Desvantagens da inclusão na concepção dos professores.

Itens descritos	Frequência
Inexistência de escola apropriada, dificuldade para o professor acompanhar o educando, falta de equipamentos (tic), obrigatoriedade de matrícula	6
Necessidade de dedicar mais tempo	1
O ritmo da aprendizagem; Dificuldades para conseguir acompanhar as atividades pedagógicas em sala de aula	2
Como o aluno def. visual se utiliza dos sentidos da audição e da fala, ele fala o tempo todo durante a aula, ele depende muito dos colegas para se locomover	1
Não existe um respeito para o deficiente	1

Fonte: Dados da pesquisa, Cruz das Almas, 2014.

Portanto, evidencia-se nas respostas dos professores que as dificuldades de incluir os estudantes com deficiência nas atividades pedagógicas propostas revela limitações decorrentes da sua falta de formação que acabam resultando em práticas pedagógicas excludentes. Vários autores (LIMA, 2004; KASSAR, 2004; PIMENTEL, 2012) apontam para o despreparo dos professores da escola básica como a causa da falta de acessibilidade ao currículo escolar e, por consequência, a manutenção de práticas pedagógicas excludentes.

Dentre os demais professores, verificou-se certa diversificação em seus apontamentos com relação ao que descrevem como desvantagens na inclusão. Entretanto, ao analisarmos as suas justificativas consideramos que, apesar de não descreverem como sendo suas as dificuldades, estas ficam explícitas em suas falas que demonstram a falta de conhecimento sobre a deficiência, a atribuição de baixa expectativa em relação ao desenvolvimento desses alunos e o incomodo com relação à presença dos alunos com deficiência em sala de aula.

Necessidade de dedicar mais tempo para o discente deficiente físico. (Trecho da resposta do Professor A ao questionário).

O ritmo da aprendizagem. (Trecho da resposta do Professor D ao questionário).

Esse aluno certamente terá muitas dificuldades para conseguir acompanhar as atividades pedagógicas em sala de aula. (Trecho da resposta do Professor F ao questionário).

Como o aluno def. visual se utiliza dos sentidos da audição e da fala, ele fala o tempo todo durante a aula, ele depende muito dos colegas para se locomover de um pavilhão para o outro. (Trecho da resposta do Professor G ao questionário).

Assim, observamos que ao contrário das vantagens, a maioria das desvantagens atribuídas à inclusão estão relacionadas a aspectos ligados ao processo de ensino e aprendizagem, evidenciando que na concepção dos professores a condição de deficiência é um fator determinante para o fracasso na aprendizagem do aluno.

Quando os professores foram questionados se consideram que os alunos com deficiência têm possibilidade de aprender os conteúdos ministrados pela escola, nove professores (82%) responderam apenas que sim, por outro lado um (9%) respondeu sim parcialmente e um (9%) assinalou duplamente sim e não, desta forma esses últimos demonstraram incertezas em suas afirmações.

Porém, a despeito de um grande percentual de professores afirmarem acreditar na aprendizagem dos alunos com deficiência a partir do currículo comum ministrado pelas escolas regulares, algumas das respostas do grupo, também evidenciaram contradições. Isto porque, em suas justificativas, os professores atribuíram a responsabilidade do

aprendizado apenas as ações do aluno e ao tipo de deficiência que este possui. Segundo estes professores, os alunos com deficiência, tem a possibilidade de aprender:

Sim, desde que o mesmo esteja concentrado e possua um meio de se comunicar com o professor e os colegas. (Trecho da resposta do Professor A ao questionário).

Sim, “parcialmente”, não em plenitude devido à estrutura ele aprende de forma restrita. (Trecho da resposta do Professor I ao questionário).

Sim, isto depende muito do tipo de deficiência. (Trecho da resposta do Professor H ao questionário).

Logo, esses professores acreditam que a aprendizagem do seu aluno com deficiência está condicionada unicamente a ele próprio, ou seja, a condição da sua deficiência. Assim, o professor se isenta da responsabilidade do aprendizado deste aluno em sala, podendo negligenciá-lo dentro da sala ou “abandoná-lo”. Observou-se também, a partir das respostas dos docentes pesquisados, que um dos fatores determinantes para o aprendizado destes alunos, se expressa nas atuações dos professores em sala.

Quando indagados a descrever as dificuldades observadas no processo de aprendizagem do(s) aluno(s) com deficiência, inclusos em suas salas, dois professores (18,2%) apontaram a comunicação, como principal dificuldade neste processo. Este questionamento, resultou em diferentes interpretações e colocações acerca destes alunos e da inclusão, pois para quatro professores (36,4%), as dificuldades dos alunos nesse processo se expressam das seguintes formas:

Acompanhar os conteúdos ministrados e realização das atividades avaliativas. (Trecho da resposta do Professor I ao questionário).

Ele não copia os pontos chaves dos conteúdos, precisa de alguém para ler as atividades e necessita de auxílio para transcrever suas atividades. (Trecho da resposta do Professor J ao questionário).

A falta de tempo em colocar mais exemplos, então temos que colocar vários exemplos para a turma e um ou dois para ele porque temos que ler as fórmulas.

Imagine uma cadeia carbônica, ramificada, heterogênea e insaturada, daqui que eu explique todos os detalhes a aula já finalizou. (Trecho da resposta do Professor E, que ministra aulas ao aluno cego).

Escrever, produzir textos, fazer as avaliações sem ajuda etc. (Trecho da resposta do Professor K ao questionário).

A despeito dos trechos descritos acima, ficou explícito que, embora a dificuldade de aprender seja atribuída ao estudante com deficiência, os professores revelam sua dificuldade no ensino desses estudantes, pois demonstram que não sabem o que fazer para explicar determinados conteúdos, não possui disponíveis materiais didáticos adaptados e nem sabem como avaliar tais estudantes. Vale ressaltar que embora se reconheçam as necessidades e especificidades desses estudantes no processo de aprendizagem, tais dificuldades podem ser reduzidas se forem disponibilizadas as adequações necessárias para a realização das atividades.

De acordo com Modesto (2008, p. 36), “as escolas precisam passar por mudanças, adequações prevendo recursos e apoio para um atendimento de qualidade às necessidades destes alunos”. Portanto, tais colocações podem desencadear atitudes segregadoras, pois as dificuldades são atribuídas aos alunos, embora pudessem ser suprimidas caso estes alunos tivessem o acompanhamento necessário e caso as práticas desenvolvidas em sala contemplassem realmente a diversidade proporcionando o aprendizado de todos com igualdade de oportunidades, como propõe o paradigma da inclusão educacional.

Considerações finais

Os dados expostos ao longo deste trabalho dão subsídios para um tensionamento das condições de inclusão que têm sido disponibilizadas para os estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

A análise dos dados evidenciou que os professores não reconhecem as potencialidades dos alunos com deficiência, nem as possibilidades resultantes de suas interações com o meio. Portanto não consideram viável a inclusão desses alunos na escola regular, tendo em vista que a presença de tais alunos representa para eles mais trabalho, pois em

suas concepções estes alunos não colaboram com o processo de ensino e aprendizado da turma, nem conseguem “acompanhar” o currículo da escola regular.

Deste modo, os resultados indicaram que os discursos dos participantes apontaram para a necessidade de formação continuada, tendo em vista que a falta de conhecimento acerca do atendimento as pessoas com deficiência e de suas particularidades, gera receio com relação ao direito destas pessoas à educação em uma classe do ensino regular. Esse desconhecimento gera também concepções equivocadas acerca da deficiência, desta forma os professores a observam sob o ponto de vista do modelo médico, atribuindo limitação e incapacidade a essas pessoas, simplesmente pela sua condição.

Portanto concluímos que os dados evidenciam a necessidade de formação continuada dos professores de modo a produzir modificações nas concepções dos mesmos acerca da deficiência e da aprendizagem dos estudantes que a possuem, uma vez que os professores acabam limitando suas ações pedagógicas pelas concepções que trazem da deficiência e da possibilidade de aprendizagem de seus alunos (LIMA, 2004; PIMENTEL, 2012).

Referencias

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** -Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010. Senado Federal. Brasília, DF, 2013.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012, 100 p.

_____. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais - SEESP/MEC**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2003.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394. Brasília, DF, 1996.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final** – 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, 340p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

IVIC, I; COELHO, E. P. **Lev Semionovich Vygotsky**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2010.

KASSAR, M. de C. M. O professor e o processo educacional de alunos que apresentam deficiências. **Revista de educação PUC-Campinas**, Campinas. N. 16, jun. 2004, p. 79-86.

LIMA, P. C. de. **Inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas do ensino regular: Um estudo sobre o que pensam os professores**. 2004. 83 p. Monografia (Pedagogia) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas SP, 2004.

MANTOAN, M, T, E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, J. C. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo**. Série Idéias, n. 28, FDE, São Paulo, 1997. p. 111-122.

MODESTO, V. M. F. **Inclusão escolar: Um olhar para a diversidade As representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais**. 2008. 198 p.

NEVES, R. de A; DAMIANI, M. F. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. In: UNiverista – v.1, n° 2: ISSN 1809-4651, Abr. 2006.

OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Trad. do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP; 2004.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva** formação, práticas e lugares. Salvador: Edufba, 2012. c. 8. p. 139-155.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **Preconceito e inclusão: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013.

SAMPAIO, C. T. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental**. 2005. 151 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SAMPAIO, C. T; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0627-7.

SILVA, M. O. E. da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, jun. 2009, p. 135-153.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso e Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem/Tailândia, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

[i] Documento resultante da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, promovida pela UNESCO em 1994 na cidade Salamanca – Espanha, que trata dos princípios e políticas da educação especial e passou a ser referência no mundo todo no que se refere à luta por direitos desses sujeitos.

[ii] Devido às questões de preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa, como preconiza a ética relacionada à pesquisa com seres humanos, os participantes serão identificados no decorrer do texto, por letras, onde a letra A refere-se a um professor, B a outro e assim sucessivamente.

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Grupo de Estudos Educação Diversidade e Inclusão – tiagobarbosa.ufrb@yahoo.com.br.

Doutora em Educação / Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Grupo de Estudos Educação Diversidade e Inclusão / Orientadora – sucpimentel12@yahoo.com.br.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 11/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: